

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

SECÇÃO I: O DIREITO DAS OBRIGAÇÕES E A DEFINIÇÃO LEGAL DE OBRIGAÇÃO	11
1. A definição de obrigação	11
2. Objecto e características do Direito das Obrigações	13
SECÇÃO II: PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	19
1. O princípio da autonomia privada	19
1.1. A autonomia privada e o negócio jurídico	19
1.2. A liberdade contratual e os seus conteúdos	21
1.3. Restrições à liberdade contratual	23
1.3.1. Generalidades	23
1.3.2. Restrições à liberdade de celebração	25
1.3.3. Restrições à liberdade de estipulação. Contratos submetidos a um regime imperativo, cláusulas contratuais gerais e contratos pré-formulados	27
2. O princípio do ressarcimento dos danos	49
3. O princípio da restituição do enriquecimento injustificado	52
4. O princípio da boa fé	54
5. O princípio da responsabilidade patrimonial	57
SECÇÃO III: CONCEITO E ESTRUTURA DA OBRIGAÇÃO	65
1. Generalidades	65
2. As teorias personalistas	66
2.1. O crédito como um direito sobre a pessoa do devedor	66
2.2. O crédito como um direito à prestação (teoria clássica)	68

3. As teorias realistas	69
3.1. O crédito como um direito sobre os bens do devedor	69
3.2. O crédito como relação entre patrimónios	73
3.3. O crédito como um direito à transmissão dos bens do devedor	74
3.4. O crédito como expectativa da prestação, acrescida de um direito real de garantia sobre o património do devedor	77
4. As teorias mistas	78
5. As doutrinas sustentando a complexidade do vínculo obrigacional	83
5.1. A obrigação como organismo, como estrutura e como processo	83
6. Posição adoptada	86
SECÇÃO IV: CARACTERÍSTICAS DA OBRIGAÇÃO	89
1. Generalidades	89
2. A patrimonialidade	89
3. A mediação ou colaboração devida	92
4. A relatividade	93
5. A autonomia	97
6. Conclusão	99
SECÇÃO V: DISTINÇÃO ENTRE DIREITOS DE CRÉDITO E DIREITOS REAIS	101
1. A distinção entre direitos de crédito e direitos reais	101
2. A questão dos direitos pessoais de gozo	104
SECÇÃO VI: OBJECTO DA OBRIGAÇÃO: A PRESTAÇÃO	111
1. Delimitação do conceito de prestação	111
2. Requisitos legais da prestação	112
2.1. Generalidades	112
2.2. Possibilidade física e legal	113
2.3. Licitude	114
2.4. Determinabilidade	115
2.5. Não contrariedade à ordem pública e aos bons costumes	116
SECÇÃO VII: A COMPLEXIDADE INTRA-OBIGACIONAL E OS DEVERES ACESSÓRIOS DE CONDUTA	119
SECÇÃO VIII: MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES	123
1. As obrigações naturais. Problemática da sua inserção no conceito de obrigação	123
2. Classificação das obrigações em função dos tipos de prestações	128

2.1. Generalidades	128
2.2. Prestações de coisa e prestações de facto	128
2.3. Prestações fungíveis e prestações infungíveis	131
2.4. Prestações instantâneas e prestações duradouras	133
2.5. Prestações de resultado e prestações de meios	137
2.6. Prestações determinadas e prestações indeterminadas	138
2.6.1. Generalidades	138
2.6.2. As obrigações genéricas	140
2.6.3. As obrigações alternativas. Distinção das obrigações com faculdade alternativa	146
2.7. As obrigações pecuniárias	150
2.7.1. Generalidades	150
2.7.2. Obrigações de quantidade	152
2.7.3. Obrigações em moeda específica	155
2.7.4. Obrigações em moeda estrangeira	156
2.8. Obrigações de juros	157
3. Indeterminação e pluralidade de partes na relação obrigacional	161
3.1. A indeterminação do credor na relação obrigacional	161
3.2. A pluralidade de partes na relação obrigacional	162
3.2.1. Generalidades	162
3.2.2. As obrigações conjuntas ou parciárias	163
3.2.3. As obrigações solidárias	164
3.2.3.1. Generalidades	164
3.2.3.2. O regime da solidariedade passiva	166
3.2.3.3. O regime da solidariedade activa	168
3.2.4. As obrigações plurais indivisíveis	170
3.2.5. Outras modalidades de obrigações plurais	172

PARTE I DA CONSTITUIÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

SECÇÃO I: CLASSIFICAÇÃO DAS FONTES DAS OBRIGAÇÕES	175
1. As diversas classificações de fontes das obrigações	175
2. Posição adoptada	178
SECÇÃO II: FONTES DAS OBRIGAÇÕES BASEADAS NO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA PRIVADA	183
1. O contrato	183
1.1. Generalidades	183
1.2. Modalidades de contratos	185

1.2.1.	Classificação dos contratos quanto à forma	185
1.2.2.	Classificação dos contratos quanto ao modo de formação	187
1.2.3.	Classificação dos contratos quanto aos efeitos	190
1.2.3.1.	Contratos obrigacionais e reais	190
1.2.3.2.	A cláusula de reserva de propriedade	194
1.2.4.	Classificação dos contratos entre sinalagmáticos e não sinalagmáticos	198
1.2.5.	Classificação dos contratos entre onerosos e gratuitos	201
1.2.6.	Classificação dos contratos entre comutativos e aleatórios	202
1.2.7.	Contratos nominados e inominados. Contratos típicos e atípicos	203
1.2.8.	Contratos mistos	204
1.2.9.	A união de contratos	209
1.3.	Os contratos preliminares	210
1.3.1.	Generalidades. Distinção entre contratos preliminares e contratação mitigada	210
1.3.2.	O contrato-promessa	212
1.3.2.1.	Noção e regime aplicável. O princípio da equiparação	212
1.3.2.2.	Modalidades de contrato-promessa	214
1.3.2.3.	Forma do contrato-promessa	215
1.3.2.4.	Transmissão dos direitos e obrigações emergentes do contrato-promessa	221
1.3.2.5.	A execução específica	222
1.3.2.6.	Articulação com o regime do sinal	226
1.3.2.7.	A atribuição do direito de retenção ao promitente que obteve a tradição da coisa	240
1.3.2.8.	A eficácia real do contrato-promessa	243
1.3.3.	Pacto de preferência	245
1.3.3.1.	Noção e qualificação jurídica	245
1.3.3.2.	Forma do pacto de preferência	246
1.3.3.3.	Os direitos de preferência com eficácia real	246
1.3.3.4.	A obrigação de preferência	247
1.3.3.5.	A violação da obrigação de preferência	253
1.3.3.6.	A natureza da obrigação de preferência	260
1.4.	O conteúdo dos contratos	261
1.4.1.	Contrato a favor de terceiro	261
1.4.1.1.	Definição e estrutura do contrato a favor de terceiro	261
1.4.1.2.	Modalidades de contrato a favor de terceiro	262
1.4.1.3.	O regime normal do contrato a favor de terceiro	263
1.4.1.4.	Regimes especiais	265
1.4.2.	O contrato para pessoa a nomear	268

1.4.2.1. Noção e regime	268
1.4.2.2. Natureza jurídica	269
2. Negócios unilaterais	270
2.1. O problema da eficácia dos negócios unilaterais	270
2.2. Promessa de cumprimento e reconhecimento de dívida	273
2.3. Promessa pública	275
2.4. Concurso público	276

SECÇÃO III: FONTES DAS OBRIGAÇÕES BASEADAS NO PRINCÍPIO DO RESSARCIMENTO DOS DANOS 279

1. A responsabilidade civil como fonte das obrigações. Classificações da responsabilidade civil	279
2. A responsabilidade civil por factos ilícitos	283
2.1. A responsabilidade delitual	283
2.1.1. Pressupostos genéricos da responsabilidade delitual	283
2.1.1.1. O facto voluntário do lesante	283
2.1.1.2. A ilicitude	286
2.1.1.3. A culpa	309
2.1.1.4. O dano	329
2.1.1.5. O nexo de causalidade entre o facto e o dano	343
2.2. A responsabilidade obrigacional	350
2.3. A “terceira via” na responsabilidade civil	352
2.3.1. A admissão de uma terceira via na responsabilidade civil	352
2.3.2. A responsabilidade pré-contratual	355
2.3.3. A <i>culpa post pactum finitum</i>	362
2.3.4. O contrato com eficácia de protecção para terceiros	363
2.3.5. A relação corrente de negócios	364
3. A responsabilidade pelo risco	365
3.1. O fundamento da imputação pelo risco	365
3.2. Casos de responsabilidade pelo risco	366
3.2.1. A responsabilidade do comitente	366
3.2.2. A responsabilidade do Estado e de outras pessoas colectivas públicas	371
3.2.3. Danos causados por animais	372
3.2.4. Danos causados por veículos	373
3.2.4.1. Danos causados por veículos de circulação terrestre	373
3.2.4.2. Danos causados por outros veículos	386
3.2.5. Danos causados pela utilização efectiva de instalações de energia eléctrica ou de gás	391
3.2.6. A responsabilidade do produtor	393

4. A responsabilidade pelo sacrifício	399
5. A obrigação de indemnização	401
5.1. Generalidades	401
5.2. Formas de indemnização	402
5.3. <i>Compensatio lucri cum damno</i> e cessão dos direitos do lesado	404
5.4. Titularidade do direito de indemnização	405
5.5. Prescrição da obrigação de indemnização	407

SECÇÃO IV: FONTES DAS OBRIGAÇÕES BASEADAS NO PRINCÍPIO DA RESTITUIÇÃO DO ENRIQUECIMENTO INJUSTIFICADO	409
1. O enriquecimento sem causa como fonte das obrigações	409
2. Configuração dogmática do instituto	411
3. Modalidades de enriquecimento sem causa	421
3.1. O enriquecimento por prestação	421
3.1.1. Conceito e modalidades típicas	421
3.1.2. A repetição do indevido	423
3.1.3. A restituição da prestação por posterior desaparecimento da causa	426
3.1.4. A restituição da prestação por não verificação do efeito pretendido	427
3.1.5. O problema das atribuições patrimoniais indirectas	429
3.2. O enriquecimento por intervenção	430
3.2.1. Conceito e situações abrangidas	430
3.2.2. Configuração dogmática	435
3.3. O enriquecimento resultante de despesas efectuadas por outrem	439
3.3.1. Generalidades	439
3.3.2. O enriquecimento por incremento de valor de coisas alheias	440
3.3.3. O enriquecimento por pagamento de dívidas alheias	442
3.3.3. A necessidade de tutela do enriquecido contra a imposição do enriquecimento	444
3.4. O enriquecimento por desconsideração de património	447
4. Pressupostos genéricos do enriquecimento sem causa	448
4.1. Generalidades	448
4.2. O enriquecimento	448
4.3. A obtenção do enriquecimento à custa de outrem	452
4.4. A ausência de causa justificativa	457
5. A obrigação de restituição por enriquecimento sem causa	460
5.1. Objecto da obrigação de restituição	460
5.1.1. Concepção real e concepção patrimonial da restituição	460
5.1.2. Posição adoptada	465

5.2. Agravamento da obrigação de restituir	475
5.3. Transmissão da obrigação de restituir	480
5.4. Prescrição do direito à restituição	482
SECÇÃO V: SITUAÇÕES ESPECÍFICAS DE FONTES DE OBRIGAÇÕES NÃO BASEADAS EM PRINCÍPIOS GERAIS	485
1. Generalidades	485
2. A gestão de negócios	485
2.1. Conceito e função da gestão de negócios	485
2.2. Pressupostos da gestão de negócios	487
2.2.1. Análise geral	487
2.2.2. A assunção da direcção de negócio alheio	487
2.2.3. A exigência de que a gestão se faça no interesse e por conta do <i>dominus</i>	489
2.2.4. A falta de autorização	491
2.3. Deveres do gestor para com o dono do negócio	491
2.4. A responsabilidade do gestor	495
2.5. Deveres do dono do negócio para com o gestor	496
2.6. A aprovação da gestão	497
2.7. Posição do dono do negócio em face de terceiros	497
2.7.1. Generalidades	497
2.7.2. A gestão de negócios representativa	498
2.7.3. A gestão de negócios não representativa	499
2.8. A gestão de negócios alheios julgados próprios e a gestão de negócios imprópria	500
3. Relações contratuais de facto	502
3.1. Conceito e modalidades	502
3.2. Apreciação da necessidade de autonomização dogmática desta categoria	508
4. Outras situações de facto	510
BIBLIOGRAFIA	513

